



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

?Aquele chuva de bala linda?: comemoração e espetáculo midiático da violência policial no Amapá

Autoria: Jade Figueiredo Costa (UNIFAP - Universidade Federal do Amapá)

Este work tem por objetivo analisar como as mortes ocasionadas em ações da polícia militar são comemoradas nos programas policiais da TV no Amapá. Este fato tem sido comum nesses programas, com base na ideia de que a polícia, em ações de combate à criminalidade, elimina mais um “bandido”. Uma dessas comemorações denomina-se a “dança da cova”, na qual o apresentador, após a reportagem sobre indivíduo morto pela polícia, fazia uma dança anunciando que mais um “bandido” estava indo pra cova. Ao comemorar a abordagem violenta da polícia, o apresentador afirma: “aquela chuva de bala linda”. Pretendo analisar as comemorações das ações policiais como espetáculo midiático e sensacionalista dos programas de televisão local. As perguntas do work são: 1- por que a polícia é louvada por ter uma abordagem violenta? 2 ? A comunidade recebe com qual olhar esse espetáculo midiático? Através dessas indagações, busco entender de que forma a mídia se utiliza de mecanismos extravagantes para legitimar as abordagens violentas da polícia do Amapá. A metodologia deste work consiste em elaborar uma etnografia, na forma de pôster, sobre os programas policiais da TV local, bem como dos comentários das pessoas nas páginas dos programas na internet. Pretendo analisar como as mortes são veiculadas como notícias e comemoradas, assim como, a partir dos comentários, abordar como a população recebe as notícias de mortes de pessoas consideradas criminosas. A finalidade do work é analisar como a violência da polícia se transforma em espetáculo midiático no noticiário televisivo local, assim como na internet.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: